

Submarinos: 10 acusados, Portas comprometido

01-Out-2009

O Ministério Público acusou esta quinta-feira 10 arguidos em co-autoria por falsificação de documentos e burla qualificada no processo conhecido como "submarinos/contrapartidas". O

Estado português contratualizou com o consórcio alemão German Submarine Consortium a compra de dois submarinos em 2004, quando Durão Barroso era primeiro-ministro e Paulo Portas era ministro da Defesa Nacional.

Uma nota do Departamento

Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) acrescenta que foi também deduzido pelo MP "um pedido de indemnização cível", no montante de perto de 34 milhões de euros.

Durante a investigação foram realizadas "inúmeras diligências em Portugal e na Alemanha".

"Em causa está a celebração de um contrato de contrapartidas entre o Estado Português e German Submarine Consortium e a sua execução", diz o DCIAP.

Francisco Louçã “sugeriu” na quarta-feira à justiça portuguesa que “procure nas 61 mil fotocópias” que Paulo Portas “levou para casa” quando abandonou a pasta da Defesa o contrato dos dois submarinos comprados por Portugal à Alemanha durante o Governo PSD/CDS-PP. O coordenador do Bloco exigiu ainda "palavras clara" aos dirigentes políticos.

Discursando num jantar de apresentação de candidatos autárquicos em São Pedro do Sul, o coordenador do Bloco apontou os desenvolvimentos no caso das alegadas em Belém para criticar a “irresponsabilidade instalada” e exigir “palavras claras” aos dirigentes políticos.

“É por isso que o Bloco tem de ser tão forte [nas eleições autárquicas] como foi no domingo, mais forte do que foi no domingo, porque a preocupação que temos é com a irresponsabilidade”; defendeu Louçã, referindo em seguida que “a irresponsabilidade

vai por outros campos”; avançou a agência Lusa.

“Há três anos que a justiça portuguesa anda à procura de um contrato da compra dos submarinos, que já vai em mais de mil milhões de euros, já disparou o seu preço, e não encontram o raio do contrato (…) eu sugeria, porque isto é irresponsabilidade, como o doutor Paulo Portas, que foi ministro da Defesa, quando saiu levou para casa 61 mil fotocópias de documentos confidenciais, talvez lho pudessem pedir, ele que anda desaparecido há dois dias”; afirmou Francisco Louçã, entre ironias.

“Bem lhe podiam pedir se nas suas pastas de fotocópias não estará lá por acaso o tal contrato que a justiça procura há três anos”; continuou no mesmo tom e lançando uma interrogação: “Será normal que um Estado se comprometa a comprar material de guerra a um outro, mil milhões de euros, e não saibam do contrato?"

O Ministério Público realizou buscas nas sedes da Vieira de Almeida & Associados e na Sérvulo & Associados, escritórios de advogados que terão intervindo no negócio de aquisição de dois submarinos U-214 pelo então ministro da Defesa Paulo Portas. A busca foi noticiada pela revista Sábado e realiza-se no âmbito do inquérito que apura suspeitas de corrupção, tráfico de influências e financiamento ilegal de partidos políticos.

"Não, nós queremos responsabilidade, queremos políticas claras, contas rigorosas”; afirmou Francisco Louçã.

Na sua intervenção, Louçã congratulou-se ainda pelas diferentes origens das pessoas que integram as listas do partido e manifestou a sua esperança de que o crescimento do Bloco nas legislativas se verifique também nas autárquicas, para que se dê “uma mudança na vida democrática”; ao nível do poder local.

Paulo Portas disse entretanto que as declarações de Louçã eram "impropérios". Louçã respondeu, durante uma acção de campanha autárquica em Coimbra: “O CDS esteve no Governo e tem de responder por isso, não pode continuar a fugir à responsabilidade, não vale a pena fazer truques de Carnaval, porque os factos são os factos, as comissões são as comissões, a corrupção é a corrupção, o favorecimento é o favorecimento e 30 milhões de euros são 30 milhões de euros”;.

Os dez arguidos e as suspeitas de financiamento do CDS

Entretanto, o Diário de Notícias on-line avançou que os dez arguidos são "três cidadãos alemães ligados a uma empresa do consórcio que ganhou o concurso dos submarinos, a Man Ferrostaal, e sete gestores portugueses".

Segundo o DN, "as procuradoras do DCIAP responsáveis pela acusação pedem que os arguidos sejam obrigados a prestar cauções, as quais oscilam entre os 15 mil e os 100 mil euros".

Por sua vez, a MAN Ferrostaal já garantiu hoje que está "empenhada" em cumprir as contrapartidas acordadas com o Governo português e que estas "estão dentro do previsto".

O contrato para a construção dos submarinos, no valor de 800 milhões de euros, foi assinado em Abril de 2004 pelo então ministro da Defesa Paulo Portas com o consórcio GSC, do grupo Thyssen Krupp - que, de acordo com o Governo, apresentou a melhor proposta em termos de preço, contrapartidas e condições operacionais.

Três anos depois surgiram na imprensa as primeiras notícias sobre investigações da Polícia Judiciária (PJ) ao rasto de 24 milhões de euros que o consórcio alemão terá transferido no âmbito do negócio para uma empresa do Grupo Espírito Santo (GES) sediada no Reino Unido, a Escom UK.

A investigação, noticiava então a imprensa, tinha sido desencadeada por conversas telefónicas, alegadamente interceptadas pela PJ, entre o então ministro da Defesa Nacional e o ex-director financeiro do CDS-PP Abel Pinheiro e visava apurar suspeitas de financiamento do CDS-PP.

Saber mais:

MP faz buscas em inquérito de submarinos

{easycomments}

